

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
- COMARCA DE CASTRO -  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA  
SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS REMUNERADOS

PROVA OBJETIVA E DISSERTATIVA – JUÍZES LEIGOS

INSTRUÇÕES PRELIMINARES:

A) O candidato está recebendo o presente caderno de provas, dois números iguais autocolantes, e mais um cartão de identificação, além de material para rascunho.

B) No presente caderno de provas somente deverá ser colado um dos números autocolantes recebidos, no lugar abaixo.

**NÃO IDENTIFIQUE ESTA PROVA** por qualquer meio, seja pela colocação de nome, desenho, ou qualquer outro sinal, pois isto implicará em desclassificação do candidato.

COLE ABAIXO UM DOS NÚMEROS AUTOCOLANTES  
CONCURSO JUIZ(A) LEIGO  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA  
CASTRO/PR

CANDIDATO(A): 4

TOTAL: 9,5

C) O outro número autocolante deverá ser colado no cartão de identificação, no qual deverá ser registrado o nome do candidato por extenso e de forma legível, acrescido da assinatura do candidato, nos espaços próprios.

Este cartão de identificação será recolhido em envelope separado, o qual será lacrado e somente aberto no dia **06.09.2019, às 14h00min**, em ato público na sala de audiências do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública, para que então se possa identificar a quem as notas das provas já corrigidas pertencem.

Tais providências objetivam assegurar o sigilo a respeito do candidato por ocasião da correção das provas escritas.

**DEMAIS INSTRUÇÕES:**

1. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a transcrição de eventual rascunho para o caderno de provas.
  - 1.1. Procure escrever de maneira perfeitamente legível, a fim de não suscitar dúvidas por ocasião da correção das questões dissertativas.
2. Aguarde a autorização para iniciar a prova.
3. Não há gabarito a ser preenchido. Todas as respostas constarão do caderno de provas, o qual será entregue pelo candidato ao final de suas respostas.
4. Não é permitido o uso de qualquer espécie de material de pesquisa e, em caso de eventual consulta, o candidato será automaticamente desclassificado.
5. Ao terminar a prova comunique ao fiscal da sala, o qual irá recolher o seu caderno de provas.
6. Não é permitido o uso de aparelhos eletrônicos de quaisquer espécies, bem como o uso de óculos escuros e boné (salvo portadores de alguma necessidade especial).
  - 6.1. Desligue o seu celular ao início dos trabalhos.
7. O não atendimento das instruções anteriormente enumeradas poderá implicar na anulação da sua prova.
8. Evite rasuras, pois elas poderão dificultar o entendimento de suas respostas.
9. Cada questão objetiva vale 0,5; as duas primeiras questões dissertativas valem 0,5 e a formulação de acordo vale 1,0, sendo que toda a prova escrita terá nota máxima de 10,0 pontos.
10. Nas questões objetivas, marque um X em cima da letra que entender correta ou incorreta, de acordo com cada enunciado.

*Jamais considere seus estudos como uma obrigação, mas como uma oportunidade invejável para aprender a conhecer a influência libertadora da beleza do reino do espírito, para seu próprio prazer pessoal e para proveito da comunidade à qual seu futuro trabalho pertencer.*

*Albert Einstein*

**BOA SORTE!**

**QUESTÕES OBJETIVAS (Vale 0,5 cada questão):**

01) Quanto ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.
- b) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas (dentre outras): a ação de despejo para uso próprio. 0,0
- c) O menor de 18 anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.
- d) Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

02) Continue assinalando a alternativa **INCORRETA** em relação ao Juizado Especial Cível:

- a) O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.
- b) Os atos processuais serão orais, públicos, válidos de acordo com o Código de Processo Civil, e não poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária. 0,5
- c) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.
- d) O pedido oral será reduzido a escrito pela Secretaria do Juizado, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos.

03) Ainda em relação aos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Não se fará citação por edital;
- b) Se admitirá a reconvenção. 0,5
- c) A instrução poderá ser dirigida por Juiz Leigo, sem a supervisão de Juiz togado.
- d) O requerimento para intimação das testemunhas será apresentado à Secretaria no mínimo 10 dias antes da audiência de instrução e julgamento.

04) Quanto à sentença (excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral) proferida no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis é **CORRETO** afirmar que:

- a) Caberá recurso de agravo de instrumento.
- b) Para interposição do recurso, não é obrigatório que a parte esteja representada por advogado em se tratando de causas até 20 salários mínimos.
- c) O recurso será interposto no prazo de 05 (cinco) dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

Caberá recurso inominado, o qual terá somente efeito devolutivo, podendo o juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.

05) Em conformidade ao disposto no artigo 8º, § 1º, inciso I da Lei n.º 9.099/1995, nos Juizados Especiais Cíveis poderão ser partes:

- a) O preso e o incapaz, este último, desde que devidamente representado ou assistido.
- b) As pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União e ainda, a massa falida e o insolvente civil.
- Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos oscessionários de direito de pessoas jurídicas.
- d) O menor de 18 (dezoito) anos, para fins exclusivos de conciliação.

06) Assinale a assertiva **CORRETA**, ainda em relação ao Juizado Especial Cível:

- É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º da Lei n.º 9.099/1995, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- b) Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de 10 dias, contados da ciência da decisão.
- c) Quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, deverá o conciliador/Juiz Leigo designar nova data, intimando desde logo os presentes.
- d) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, não se dispensando o relatório.

07) Edilene Pontes ajuizou uma ação de despejo para uso próprio, cumulada com cobrança de alugueres, em face de Sedineu Aparício, no Juizado Especial Cível. O contrato de locação firmado entre ambos foi feito por escrito. A ação possui o valor da causa de R\$ 21.500,00. Neste caso, de acordo com a Lei n.º 9.099/1995, o Juizado Especial Cível é:

- a) Competente para apreciar tal demanda, mas Edilene Pontes deverá obrigatoriamente estar assistida por advogado. 0,5
- b) Competente para apreciar tal demanda, sendo a assistência do advogado facultativa para Edilene Pontes.
- c) Incompetente para apreciar a demanda em razão do valor da causa extrapolar o limite permitido na referida lei.
- d) Incompetente para apreciar tal demanda, uma vez a ação de despejo para uso próprio está excluída do rol de ações previstas na Lei n.º 9.099/95.

08) Sobre a competência dos Juizados Especiais Cíveis, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Compete ao Juizado Especial promover a execução dos seus julgados e dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até 40 vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º da lei n.º 9.099/95.
- b) Podem ser incluídas como de competência do Juizado Especial Cível as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial. 0,5
- c) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas (dentre outras) aquelas cujo valor não exceda a 60 vezes o salário mínimo.
- d) O Juizado Especial Cível não possui competência em ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a 40 vezes o salário mínimo.

09) De acordo com a Lei n.º 12.153/2009 (Juizados da Fazenda Pública), é **CORRETO** afirmar que:

a) O juiz não poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou incerta reparação.

Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

c) Cabe ao conciliador, sem a supervisão do juiz, conduzir a audiência de conciliação, e de instrução e julgamento. Não poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.

d) Não poderão ser autores no Juizado Especial da Fazenda Pública as microempresas e as empresas de pequeno porte.

10) Eleandro Câmara imputou a João da Lua, falsamente, a prática de fato definido como crime. Desta forma, Eleandro Câmara praticou, em tese, o delito de calúnia, previsto no artigo 138 do Código Penal. Sendo assim, a vítima do crime de calúnia deverá oferecer:

queixa, no prazo de 06 (seis) meses, sob pena de decadência, por meio de advogado regularmente constituído na forma do artigo 44 do Código de Processo Penal.

b) representação, no prazo de 05 (cinco) meses, sob pena de decadência, por meio de advogado regularmente constituído na forma do artigo 44 do Código de Processo Penal.

c) queixa, no prazo de 03 (três) meses, sob pena de prescrição, não sendo necessária a representação por meio de advogado regularmente constituído na forma do artigo 44 do Código de Processo Penal.

d) representação, no prazo de 04 (quatro) meses, sob pena de perempção, por meio de advogado regularmente constituído na forma do artigo 44 do Código de Processo Penal.

11) Quanto aos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Não encontrado o acusado para ser citado, o juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- b) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.
- c) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- d) Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhando de advogado, não sendo necessário constar a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á designado defensor público.

015

12) Sobre a interposição de recurso nos Juizados Especiais Criminais é **CORRETO** afirmar que:

- a) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, a qual deverá ser interposta no prazo de 10 (dez) dias.
- b) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa não caberá apelação.
- c) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, a qual deverá ser interposta no prazo de 05 (cinco) dias.
- d) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá recurso em sentido estrito, o qual deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias.

015

13) Sobre os Juizados Especiais Criminais é **CORRETO** afirmar que:

- a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n.º 9.099/1995, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- b) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, não tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
- c) A competência do Juizado não será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- d) O não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito, que não poderá mais ser exercido no prazo previsto em lei.

015

14) Em relação aos recursos passíveis de aforamento no Juizado Especial Criminal, assinale a alternativa totalmente **CORRETA**:

a) Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão. Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão. Os embargos de declaração não interrompem o prazo para a interposição de recurso.

b) Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão. Os embargos de declaração serão opostos somente por escrito, no prazo de quinze dias, contados da ciência da decisão. Os embargos de declaração não interrompem o prazo para a interposição de recurso.

c) Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão. Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão. Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso.

d) Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão. Os embargos de declaração serão opostos somente oralmente, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão. Os embargos de declaração não interrompem o prazo para a interposição de recurso.

15) Em relação ao Juizado Especial Cível, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Valerá como título extrajudicial o acordo celebrado pelas partes, por instrumento escrito, referendado pelo órgão competente do Ministério Público.

b) Valerá como título judicial o acordo celebrado pelas partes, por instrumento oral, referendado pelo órgão competente do Ministério Público.

c) Valerá como título extrajudicial o acordo celebrado pelas partes, por instrumento oral, referendado pelo órgão competente do Ministério Público.

d) Valerá como título judicial o acordo celebrado pelas partes, por instrumento escrito, não necessitando ser referendado pelo órgão competente do Ministério Público.



16) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **CORRETA**:

- Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- b) Os direitos previstos no CDC excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.
- c) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador não respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- d) O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

OK

## QUESTÕES DISSERTATIVAS:

**01-A)** De acordo com o artigo 2º da Lei n.º 9.099/95, "O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação." Explique o significado e importância deste artigo para os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (vale 0,5 ponto):

O Juizado especial para criado pela Lei Federal n.º 9.099/1995, com a missão de julgar os processos de complexidade menor, pode se dizer, desburocratizar a justiça.

Com isto, à luz dos princípios mencionados acima, busca-se uma justiça ágil, célere e mais eficiente com relação ao tempo despendido no trâmite de um processo.

Exemplificando, a oralidade é marca do Juizado quando o fato e o pedido podem ser deduzidos oralmente perante a secretaria ou outro sigilo responsável, além como a contestação e o impugnação também podem ser realizados oralmente. Os atos não dependem de forma previamente definido, salvo exigência legal, e reputam-se realizados se estes alcançarem o seu objetivo, demonstrando a simplicidade e a informalidade.

A economia processual é efeito também da celeridade, já que o processo e suas etapas são condensados, seja do regra em uma única audiência. Outra marca importante é também a desnecessidade do relatório na sentença, que evidenciam estas características do Juizado.

A busca da conciliação e da transação, são marcas do processo civil moderno e razão do processo criminal (vide Juízo do criminal) que buscam sempre que possível, a autocomposição das partes, privilegiando-se a autonomia do resarcido.

0,5



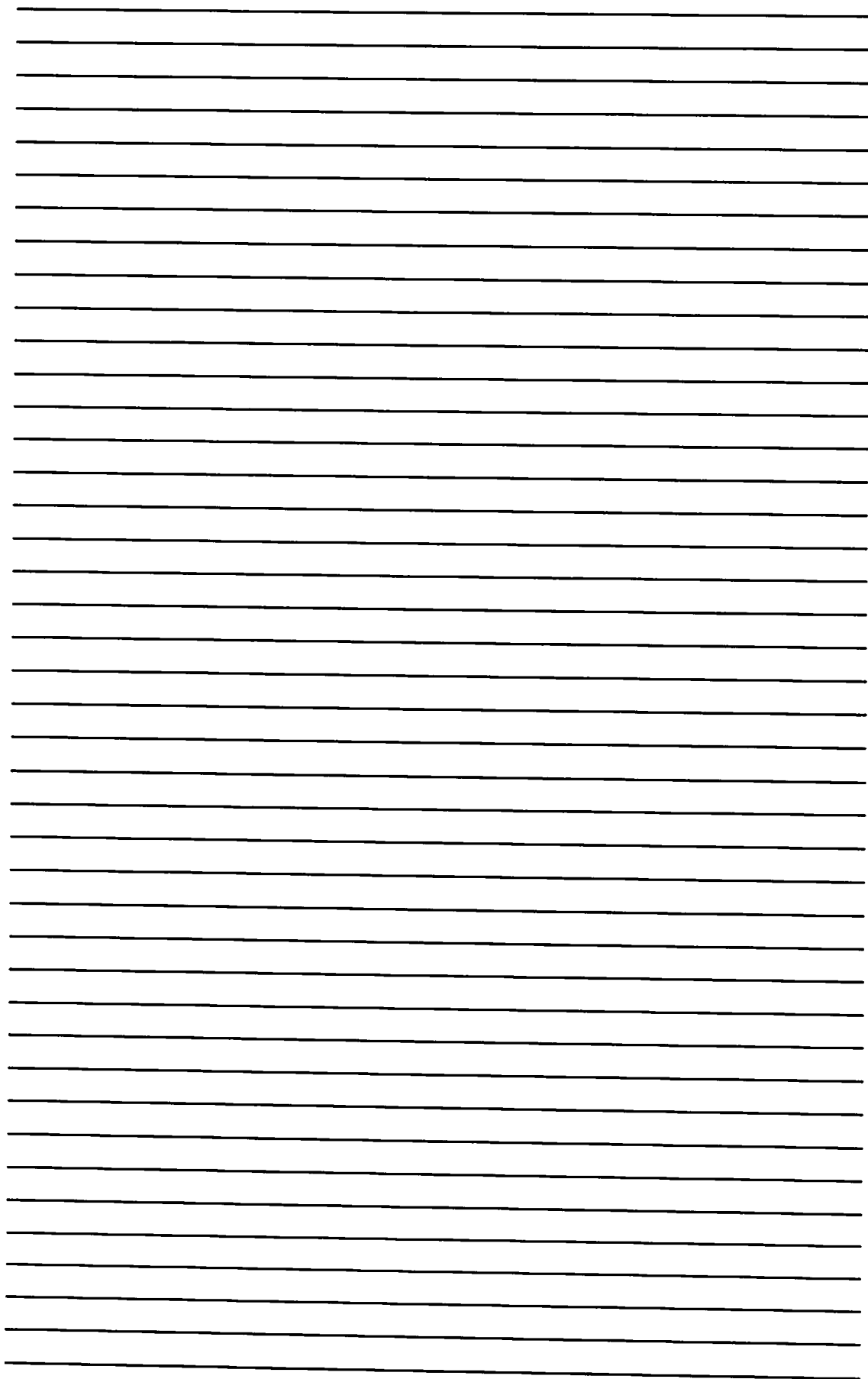
01-B) Considerando o disposto no Código de Processo Civil, quais são as condições da ação? Disserte sobre cada uma delas. (vale 0,5 ponto):

As condições são: legitimidade das partes e interesse processual, e há de se considerar que a moderna doutrina de processo civil entende que o Código de Processo Civil de 2015 não mais entende o objeto lícito e possível, como uma condição de ação.

Neste sentido, deve-se entender a legitimidade como, num primeiro momento, de legitimidade ativa (requerente) e de legitimidade passiva (requerido). Num segundo momento, fala-se em legitimidade ordinária (pleitear em nome próprio) ou em legitimidade extraordinária, esta prevista em lei, que autoriza um terceiro a pleitear o direito alheio. Este último caso, por exemplo, é o caso do Ministério Público quando atua como substituto processual, sindicatos e ~~as~~ associações etc.

Quanto ao interesse de agir, há a corrente tripartite e a bipartite. Para esta, diz-se de interesse de agir em necessidade (de ~~se~~ própria natureza da demanda) e utilidade (se ~~esta~~ <sup>para</sup> ~~se~~ o resultado pretendido). Para os adeptos da corrente tripartite, minantário, encontra-se a adequação da demanda com terceira característica. Tal característica é inserida na utilidade na corrente bipartite.

0,5



02) O promovente Miguel Angelus e a promovida Ana Leitão compareceram perante o Juizado Especial Cível, em uma audiência de instrução, às 14h, do dia 30.08.2019 referente a uma Ação de Reparação de Danos por Acidente de Veículos (Processo n.º 47654-93.2019.8.16.0064) e formularam um acordo. Neste acordo, a promovida se comprometeu a pagar ao promovente o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por meio de depósito bancário, em 05 (cinco) parcelas, na conta n.º 1.700, da agência 0485-5 do Banco do Brasil, com sede em Castro/PR. Cada depósito ocorrerá no 10º dia útil de cada mês, com cláusula penal de 20% em caso de descumprimento e ainda, vencimento antecipado das parcelas subsequentes, em caso de inadimplência.

Assim, utilizando o conteúdo supra, redija o termo de acordo para constar do processo (não esqueça de colocar o cabeçalho com os dados do processo, data, horário e identificação das partes). (1,0 ponto):

Juizado Especial Cível da Comarca de Castro - Paraná  
 Processo nº 47654-93.2019.8.16.0064, de Reparação de Danos  
 por Acidente de Veículos  
 Autor: Miguel Angelus (Presente)  
 Réu: Ana Leitão (Presente)  
 Audiência de Instrução: 30/08/2019, às 14h, nesta sala de  
 audiências do juizado especial de Castro

Instalada a audiência e apregoadas as partes, observando-se o comparecimento de ambas, foram instruídas acerca dos benefícios da conciliação, e após tratativas, compareceram nos seguintes termos: I) A ré (Ana Leitão) compromete-se a pagar ao autor a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mediante depósito bancário em conta a ser informada pelo autor neste processo no prazo de cinco dias úteis, no Banco do Brasil, agência 0485-5, conta nº 1.700, de Castro/PR. II) O valor do acordo é parcelado em 5 vezes de R\$ 1.000,00 (mil reais), até o 10º dia útil de cada mês. III) Concessão de cláusula penal no importe de 20% em caso de descumprimento do presente acordo, e ainda o vencimento antecipado das parcelas subsequentes, em caso de inadimplência.

Considerando as condições mútuas do acordo acima mencionado, homologo o acordo, por ratos, e assim resolvendo a mérito da demanda, servindo o presente de título executivo judicial. Das partes e honorários de sucumbência, a favor do autor Federal nº 9.099/1999. Das partes por intimados em audiência, publique-se e registre-se, apartadamente, archive-se. Castro, 30 de agosto de 2019, assinatura

1,0

